

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias**

**Expansion Transmissão de Energia
Elétrica S.A.**

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 5, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de fevereiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	116.753	112.223	73.649
Concessionárias e permissionárias	9	19.964	11.277	14.493
Contas a receber - partes relacionadas	26	20.661	2.669	2.415
Estoques		1.642	1.642	1.841
Adiantamento a fornecedores		466	374	332
Impostos a recuperar		2.567	3.135	8.721
Outros ativos circulantes		1.270	2.134	1.824
		163.323	133.454	103.275
Ativo não circulante				
Impostos diferidos	17	111.483	121.695	131.907
Outros ativos não circulantes	10	12.088	2.111	7.309
Imobilizado não vinculado à concessão		908	673	755
Imobilizado	11	202.682	211.748	221.354
Intangível	12	1.130	1.029	1.054
		328.291	337.256	362.379
Total do ativo		491.614	470.710	465.654

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores – terceiros		917	340	209
Fornecedores - partes relacionadas	26	735	240	176
Empréstimos e financiamentos com terceiros	13	2.958	3.461	-
Tributos e contribuições sociais	14	15.939	14.290	28.820
Taxas regulamentares	15	4.069	6.373	6.665
Dividendos propostos	19	14.102	545	523
Outros passivos circulantes	18	3.082	3.512	2.308
		41.802	28.761	38.701
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos com terceiros	13	134.833	134.690	-
Outras provisões - compensação ambiental		954	1.031	964
Provisão para contingências	16	1.561	1.474	5.405
Outros passivos não circulantes		5.766	5.443	5.087
		143.114	142.638	11.456
Patrimônio líquido	19			
Capital social		101.747	101.747	101.747
Reserva especial de ágio		168.700	168.700	168.700
Reserva de Lucros		77.415	54.545	168.426
Reserva Legal		16.979	16.979	16.979
Prejuízo acumulado		(58.143)	(42.660)	(40.355)
		306.698	299.311	415.497
Total do passivo e do patrimônio líquido		491.614	470.710	465.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	20	105.054	107.972
Custo da operação	21	(19.159)	(19.146)
Lucro bruto		85.895	88.826
Despesas gerais e administrativas	22	(5.002)	(6.417)
Outras despesas/receitas operacionais		(710)	(423)
Lucro antes do resultado financeiro		80.183	81.986
Resultado financeiro	24	(512)	295
Receita financeira		8.841	8.698
Despesa financeira		(9.353)	(8.403)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		79.671	82.281
Imposto de renda e contribuição social		(19.287)	(30.035)
Lucro líquido do exercício		60.384	52.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	60.384	52.246
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes	<u>60.384</u>	<u>52.246</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Prejuízos Acumulados	Total
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	101.747	168.700	16.979	168.426	(40.355)	415.497
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	52.246	52.246
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	54.006	(54.006)	-
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	-	-	-	(167.887)	-	(167.887)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(545)	(545)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	101.747	168.700	16.979	54.545	(42.660)	299.311
Dividendos adicionais conf. AGO de 30 de abril de 2019	-	-	-	(36.406)	-	(36.406)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.384	60.384
Juros sobre capital próprio conforme AGE 17 de dezembro de 2019	-	-	-	(16.591)	-	(16.591)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	-	75.867	(75.867)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	101.747	168.700	16.979	77.415	(58.143)	306.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(reapresentado)
Lucro do exercício antes dos impostos	79.671	82.281
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	8.346	6.641
Depreciação e amortização	10.736	10.988
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15	4
Provisão para contingência	88	(3.932)
Outras provisões - compensação ambiental	(78)	67
Atualização monetária	324	356
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(8.702)	3.213
Contas a receber - partes relacionadas	246	(253)
Estoques	-	199
Impostos a recuperar	(1.425)	5.585
Adiantamentos a fornecedores	(92)	(42)
Outros ativos	(9.113)	4.888
Aumento (redução) nos passivos operacionais	-	-
Fornecedores	576	124
Fornecedores partes relacionadas	495	70
Tributos e contribuições sociais	2.024	(2.412)
Taxas regulamentares	(2.304)	(292)
Outros passivos	(287)	1.324
Juros pagos	(8.850)	(3.609)
Impostos pagos	(9.944)	(31.941)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	61.726	73.259
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(2.006)	(1.275)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.006)	(1.275)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	135.000
Dividendos pagos	(55.190)	(168.410)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(55.190)	(33.410)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.530	38.574
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	112.223	73.649
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	116.753	112.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” e/ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-E.

1.1. Da concessão

Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000.

No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 52.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 104.575 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 112.567 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de junho de 2020.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja notas explicativas 11 - Imobilizado e 12 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

5. Reapresentação dos saldos comparativos

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do fluxo abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima e seus impactos tributários correlacionados, conforme nota explicativa 7. As tabelas a seguir resumem os impactos decorrentes da reapresentação dos saldos regulatórios no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste exercício em cada uma das linhas afetadas da DCR originalmente publicada em 25 de abril de 2019. Não houve alterações dos saldos de abertura de 01 de janeiro de 2018 nem impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Balço Patrimonial	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Demais ativos circulantes não impactados		133.454	-	133.454
		133.454		133.454
Ativo não circulante				
Demais ativos não circulantes não impactados		337.256	-	337.256
		337.256	-	337.256
Total do ativo		470.710	-	470.710
	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Impostos e contribuições sociais	(i)	6.399	7.891	14.290
Dividendos propostos	(ii)	572	(27)	545
Demais passivos circulantes não impactados		13.926	-	13.926
		20.897	7.864	28.761
Passivo não circulante				
Demais passivos não circulantes não impactados		142.638	-	142.638
		142.638	-	142.638
Patrimônio líquido				
Capital social		101.747	-	101.747
Reserva especial de ágio		168.700	-	168.700
Reserva legal		16.979	-	16.979
Retenção de lucros	(ii)	57.122	(2.577)	54.545
Prejuízo acumulado	(ii)	(37.373)	(5.287)	(42.660)
		307.175	(7.864)	299.311
Total do passivo e do patrimônio líquido		470.710	-	470.710

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Demonstração do resultado	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida		107.972	-	107.972
Outros		(25.691)	-	(25.691)
Imposto de renda e contribuição social	(i)	(22.144)	(7.891)	(30.035)
Lucro líquido do exercício		60.137	(7.891)	52.246

Demonstração do resultado abrangente	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i)	60.137	(7.891)	52.246
Total de outros resultados abrangentes		60.137	(7.891)	52.246

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		415.497	-	415.497
Lucro líquido do exercício	(i)	60.137	(7.891)	52.246
Dividendos adicionais		(167.887)	-	(167.887)
Dividendos propostos	(ii)	(572)	27	(545)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		307.175	(7.864)	299.311

- (i) Impacto dos impostos correntes sobre os ajustes efetuados nas demonstrações financeiras representadas devido a adoção do CPC 47.
- (ii) As mudanças ocorridas nas linhas de dividendos propostos e no patrimônio líquido das DCRs são reflexos dos recálculos realizados no resultado das demonstrações financeiras representadas devido a adoção do CPC 47.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

6. Normas e interpretações novas e revisadas

6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

- **CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

- **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.

As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.

Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

- **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa**

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Melhorias anuais

- **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

6.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

7. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		163.323	94.998	258.321	133.454	89.157	222.611
Caixa e equivalentes de caixa		116.753	-	116.753	112.223	-	112.223
Concessionárias e permissionárias		19.964	-	19.964	11.277	-	11.277
Contas a receber – partes relacionadas		20.661	-	20.661	2.669	-	2.669
Estoques		1.642	-	1.642	1.642	-	1.642
Adiantamentos a fornecedores		466	-	466	374	-	374
Impostos a recuperar		2.567	-	2.567	3.135	-	3.135
Ativos de contrato	a	-	94.998	94.998	-	89.157	89.157
Outros ativos circulantes		1.270	-	1.270	2.134	-	2.134
Ativo não circulante		328.291	32.855	361.146	337.256	17.442	354.698
Ativos de contrato	a	-	236.048	236.048	-	229.690	229.690
Impostos diferidos		111.483	-	111.483	121.695	-	121.695
Outros ativos não circulantes		12.088	-	12.088	2.111	-	2.111
Imobilizado não vinculado à concessão		908	-	908	673	-	673
Imobilizado	b	202.682	(202.212)	470	211.748	(211.337)	411
Intangível	b	1.130	(981)	149	1.029	(911)	118
		491.614	127.853	619.467	470.710	106.599	577.309

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		41.802	-	41.802	28.761	-	28.761
Fornecedores terceiros		917	-	917	340	-	340
Fornecedores partes relacionadas		735	-	735	240	-	240
Empréstimos e financiamentos		2.958	-	2.958	3.461	-	3.461
Impostos e contribuições sociais		15.939	-	15.939	14.290	-	14.290
Taxas regulamentares		4.069	-	4.069	6.373	-	6.373
Dividendos propostos		14.102	-	14.102	545	-	545
Outros passivos circulantes		3.082	-	3.082	3.512	-	3.512
Passivo não circulante		143.114	87.848	230.962	142.638	82.077	224.715
Empréstimos e financiamentos		134.833	-	134.833	134.690	-	134.690
Outras provisões - compensação ambiental		954	-	954	1.031	-	1.031
Provisão para contingências		1.561	-	1.561	1.474	-	1.474
Impostos diferidos	c	-	87.848	87.848	-	82.077	82.077
Outros passivos não circulantes		5.766	-	5.766	5.443	-	5.443
Patrimônio líquido		306.698	40.005	346.703	299.311	24.522	323.833
Capital social		101.747	-	101.747	101.747	-	101.747
Reservas de capital		168.700	-	168.700	168.700	-	168.700
Reserva de lucros		77.415	(18.138)	59.277	54.545	(18.138)	36.407
Reserva legal		16.979	-	16.979	16.979	-	16.979
Prejuízo acumulado	d/e	(58.143)	58.143	-	(42.660)	42.660	-
		491.614	127.853	619.467	470.710	106.599	577.309

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019			31/12/2018 (reapresentado)		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	105.054	11.510	116.564	107.972	(8.104)	99.868
Custo da operação	e	(19.159)	9.307	(9.852)	(19.146)	9.916	(9.230)
Lucro bruto		85.895	20.817	106.712	88.826	1.812	90.638
Despesas gerais e administrativas		(5.002)	-	(5.002)	(6.417)	-	(6.417)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(710)	-	(710)	(423)	-	(423)
Resultado antes do resultado financeiro		80.183	20.817	101.000	81.986	1.812	83.798
Resultado financeiro		(512)	-	(512)	295	-	295
Receita financeira		8.841	-	8.841	8.698	-	8.698
Despesa financeira		(9.353)	-	(9.353)	(8.403)	-	(8.403)
Lucro antes dos impostos		79.671	20.817	100.488	82.281	1.812	84.093
Imposto de renda e contribuição social	c	(19.287)	(5.333)	(24.620)	(30.035)	493	(29.542)
Lucro líquido do exercício		60.384	15.484	75.868	52.246	2.305	54.551

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Caixa	2	2	7
Banco	867	3.903	990
Aplicações financeiras	115.884	108.318	72.652
	<u>116.753</u>	<u>112.223</u>	<u>73.649</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

9. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
A vencer	9.488	9.067	13.063
Vencidas até 30 dias	37	59	114
Vencidas até 60 dias	11	15	3
Vencidas até 90 dias	11	16	4
Vencidas até 120 dias	20	20	23
Vencidas até 180 dias	30	41	70
Vencidas há mais de 180 dias	10.469	2.146	1.306
	<u>20.066</u>	<u>11.364</u>	<u>14.583</u>
(-) PCLD	(102)	(87)	(90)
	<u>19.964</u>	<u>11.277</u>	<u>14.493</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Saldo em 1º de janeiro	(87)	(90)	(115)
Reversão	-	3	25
Adição	(15)	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(102)</u>	<u>(87)</u>	<u>(90)</u>

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

10. Outros ativos não circulantes

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Reembolsos - Contingências (i)	104	104	5.292
Outros ativos circulantes	<u>11.984</u>	<u>2.007</u>	<u>2.017</u>
	<u>12.088</u>	<u>2.111</u>	<u>7.309</u>

- (i) Em 16 de maio de 2010 a SGBH celebrou contrato de compra e venda de ações (o "Contrato") para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da ETEE junto a Elecnor Transmissão de Energia S.A., Elecnor S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Cobra Instalaciones y Servicios S.A., Isolux Energia e Participações S.A., Grupo Isolux Corsán S.A., Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e Sociedad Inversora Líneas de Brasil (partes vendedoras e intervenientes).

Por meio deste contrato e seus respectivos aditamentos, as vendedoras se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos a quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas acima listadas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como "prováveis" na nota explicativa 14.

Em 2018 o Departamento Jurídico da Companhia em função dos respectivos andamentos processuais, verificou que a probabilidade de perda das causas que compunham esse valor deveriam ser revistos para "possível", não devendo mais figurar como contingência da empresa. Dessa forma, realizou-se a baixa da provisão e do valor do ativo - (nota explicativa 14).

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado

11.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2019	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 01/01/2018
Ativo imobilizado em serviço											
Transmissão	368.197	-	-	6	-	368.203	6	(173.244)	194.959	205.655	216.426
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.666	-	-	-	-	4.666	-	(2.802)	1.864	2.019	2.175
Máquinas e equipamentos	362.676	-	-	6	-	362.682	6	(169.697)	192.985	203.460	213.993
Veículos	590	-	-	-	-	590	-	(533)	57	111	184
Móveis e utensílios	265	-	-	-	-	265	-	(212)	53	65	74
Administração	852	4	(124)	112	-	844	(8)	(433)	411	351	84
Máquinas e equipamentos	187	4	-	112	-	303	116	(138)	165	63	48
Veículos	614	-	(124)	-	-	490	(124)	(267)	223	263	7
Móveis e utensílios	51	-	-	-	-	51	-	(28)	23	25	29
	369.049	4	(124)	118	-	369.047	(2)	(173.677)	195.370	206.006	216.510
Ativo imobilizado em curso											
Transmissão	5.683	1.598	(22)	(6)	-	7.253	1.570	-	7.253	5.683	4.815
Máquinas e equipamentos	45	18	(22)	(6)	-	35	(10)	-	35	45	-
Outros	5.638	1.580	-	-	-	7.218	1.580	-	7.218	5.638	4.815
Administração	59	112	-	(112)	-	59	-	-	59	59	29
Máquinas e equipamentos	43	112	-	(112)	-	43	-	-	43	43	12
Outros	16	-	-	-	-	16	-	-	16	16	17
	5.742	1.710	(22)	(118)	-	7.312	1.570	-	7.312	5.742	4.844
Ativo imobilizado	374.791	1.714	(146)	-	-	376.359	1.568	(173.677)	202.682	211.748	221.354

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

11.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2019		31/12/2018
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	7,81%	368.203	(173.244)	194.959
Administração	7,51%	844	(433)	411
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.492	(584)	908
		370.539	(174.261)	196.278
				206.679

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

11.3. Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2019

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Máquinas e Equipamentos	18
Veículos	166
Desenvolvimento de Projetos	634
Adiantamentos a Fornecedores	524
Material em Depósito	256
	<u>1.598</u>

11.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço 2019

Transmissão	Grupo	Valor
MEDIDOR MGE144G3 ABB	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	6
Administração		
MICROCOMPUTADOR DELL LATITUDE 14 7490	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	7
MICROCOMPUTADOR DELL LATITUDE 14 7490	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	8
MONITOR DELL 27" P2719HEAN	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1
MICROCOMPUTADOR DELL LATITUDE 14 7490	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	15
MONITOR DELL 27"	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1
MICROCOMPUTADOR DELL LATITUDE 14 7490	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	18
MICROCOMPUTADORE PORTATIL DELL LATITUDE 14 7490	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	8
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7490	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	7
NOTEBOOK DELL LATITUDE 14 7490	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	6

11.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço 2019

Administração		
MICROONIBUS 313 SPRINTER B5IK(15+1) 04 CILINDROS MOVIDO A DIESEL 129CV ,MODELO 2011 FABRICACAO 2011,RENAVAN 412221,CHASSIS 8AC903672BE045472 COR BRANCO	VEICULOS	93
MICROONIBUS 313 SPRINTER B5IK(15+1) 04 CILINDROS MOVIDO A DIESEL 129CV ,MODELO 2011 FABRICACAO 2011,RENAVAN 412221,CHASSIS 8AC903672BE045472 COR BRANCO	VEICULOS	31

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

12. Intangível

12.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2019	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 01/01/2018
Ativo intangível em serviço											
Transmissão	843	2	-	50	-	895	52	(44)	851	810	766
Servidões	766	-	-	-	-	766	-	-	766	766	766
Softwares	77	2	-	50	-	129	52	(44)	85	44	-
Administração	145	-	-	-	-	145	-	(136)	9	14	27
Softwares	145	-	-	-	-	145	-	(136)	9	14	27
	988	2	-	50	-	1.040	52	(180)	860	824	793
Ativo intangível em curso											
Transmissão	100	79	-	(50)	-	129	29	-	129	100	156
Softwares	100	79	-	(50)	-	129	29	-	129	100	156
Administração	105	38	(2)	-	-	141	36	-	141	105	105
Softwares	105	38	(2)	-	-	141	36	-	141	105	105
	205	117	(2)	(50)	-	270	65	-	270	205	261
Ativo Intangível	1.193	119	(2)	-	-	1.310	117	(180)	1.130	1.029	1.054

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

12.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2019			31/12/2018
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	895	(44)	851	810
Administração	10,00%	145	(136)	9	13
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%	1	-	1	-
		1.041	(180)	861	823

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.3. Principais adições do ativo intangível em curso em 2019

Adições do ativo intangível em curso	Material e equipamentos
Software	79
	79

12.4. Principais adições do ativo intangível em serviço 2019

Intangível - Transmissão

LICENCIAMENTO DO SOFTWARE COSWIN	SOFTWARE	33
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	4
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	1
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	1
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	1
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	1
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	3
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	4
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	3
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	3

12.5. Principais baixas do ativo intangível em serviço 2019

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2019.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Início	Vencimento	Frequência da amortização	Data próx. pagamento	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Debêntures	mar/18	fev/21	Mensal	08/04/2020	SAC	Fidejussória	105% da Taxa DI	137.791	138.151	-
								137.791	138.151	-
Circulante								2.958	3.461	-
Não circulante								134.833	134.690	-
								137.791	138.151	-

Em 08 de fevereiro de 2018, foi assinada a Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. e desembolsado em 14 de março de 2018 o valor de R\$ 135.000, sendo a amortização bullet, em 08 de fevereiro de 2021.

A partir da data de emissão, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalente a 105% do CDI.

Conforme Escritura, o pagamento dos juros será realizado semestralmente, a partir de 08 de agosto de 2018 até o vencimento, em 08 de fevereiro de 2021.

A emissão das debêntures conta com 100% de garantia fidejussória (fiança corporativa) da State Grid Brasil Holding (SGBH).

Neste empréstimo não há cláusulas de *covenants* financeiros.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

14. Tributos e contribuições sociais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> <u>(reapresentado)</u>	<u>01/01/2018</u>
IRPJ	9.256	10.182	20.741
CSLL	3.105	3.258	7.256
PIS	55	55	53
COFINS	258	258	250
Outros	3.265	537	520
	<u>15.939</u>	<u>14.290</u>	<u>28.820</u>

15. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(1.093)	(817)	(752)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	84	314	275
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	5.078	6.876	7.142
	<u>4.069</u>	<u>6.373</u>	<u>6.665</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 102.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 33.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

16. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Fiscal	1.561	1.474	5.214
Trabalhista			191
	<u>1.561</u>	<u>1.474</u>	<u>5.405</u>

Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Trabalhista			40
Fiscal	7.762	10.616	10.948
	<u>7.762</u>	<u>10.616</u>	<u>10.988</u>

17. Impostos diferidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Impostos diferidos ativos (i)	111.483	121.695	131.907
	<u>111.483</u>	<u>121.695</u>	<u>131.907</u>

- (i) Saldo ativo refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

18. Outros passivos circulantes

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Provisão de Férias	1.487	1.413	963
Tributos retidos	467	280	316
Contribuição Sindical	-	162	162
Provisão de Bônus	1.128	1.657	867
	<u>3.082</u>	<u>3.512</u>	<u>2.308</u>

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 101.747 dividido em 101.747.039 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2019 e 2018</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva especial de ágio

A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-E na ETEE em 31 de outubro de 2017.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. No ano de 2018 e 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido.

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício - societário	75.868	54.551
Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para os dividendos	<u>75.868</u>	<u>54.551</u>
Dividendo mínimo obrigatório	759	545
Provisão de juros sobre capital próprio	16.591	-

Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 116.613. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 11 de julho de 2018.

Em 17 de dezembro de 2019, o conselho da Administração aprovou em assembleia geral extraordinária o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 16.590 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.489 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$14.102, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

20. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional bruta	113.184	118.647
Receita de rateio de antecipação	166	2.752
Receita de encargos de transmissão	103.798	121.038
Receita de novas obras RBNI	4.796	4.107
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(5.228)	(9.070)
Indisponibilidade de equipamentos	1.204	(180)
Descontos Incidentes na TUST	8.448	-
Deduções da receita operacional	(8.130)	(10.675)
PIS	(726)	(754)
COFINS	(3.352)	(3.480)
P&D	(1.023)	(1.084)
RGR	(2.881)	(4.927)
TFSEE	(148)	(430)
Quota PROINFA	<u>105.054</u>	<u>107.972</u>

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

21. Custo da operação

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(5.471)	(5.426)
Material	(611)	(356)
Serviços de terceiros	(1.164)	(758)
Depreciação e amortização	(10.711)	(10.795)
Gastos diversos (i)	(1.089)	(1.690)
Outros	(113)	(121)
	<u>(19.159)</u>	<u>(19.146)</u>

22. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(3.568)	(2.749)
Administradores	(727)	(744)
Material	(74)	(32)
Serviços de terceiros	(718)	(564)
Arrendamentos e aluguéis	(94)	(101)
Seguros	11	
Doações	(266)	(578)
Provisão/reversão (i)	(28)	(1.192)
(-) Recuperação de Despesas	1.020	19
Tributos	(114)	(6)
Depreciação e amortização	(63)	(65)
Outras	(381)	(405)
	<u>(5.002)</u>	<u>(6.417)</u>

- (i) Saldo referente ao reconhecimento de contingências fiscais por adesão ao programa especial de regularização tributária.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

23. Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração	(3.282)	(3.389)
Encargos	(1.272)	(1.204)
Outros Benefícios - Corrente	(864)	(833)
Outros	26	-
	(5.392)	(5.426)

Pessoal - administração	31/12/2019	31/12/2018
Remuneração	(1.825)	(1.774)
Encargos	(915)	(868)
Benefícios	(328)	(299)
Outros	(500)	192
	(3.568)	(2.749)
	(8.960)	(8.175)

24. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	8.841	8.698
Receitas de aplicações financeiras	6.923	7.707
Outras receitas financeiras	2.349	1.415
Tributos sobre receitas financeiras	(431)	(424)
Despesa financeira	(9.353)	(8.403)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(8.511)	(7.190)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(12)	-
Juros e multas	(635)	(95)
Outras despesas financeiras	(195)	(1.118)
	(512)	295

- (i) Valor refere-se substancialmente a multa e juros decorrentes da adoção do programa de remuneração tributária.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

25. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2019 e 2018 a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

25.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	8	116.753	112.223	73.649
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2019	2018	2018
Contas a receber - partes relacionadas	26	20.661	2.669	2.415
Concessionárias e permissionárias	9	19.964	11.277	14.493
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2019	2018	2018
Financiamentos – terceiros	13	137.791	138.151	-
Empréstimos - partes relacionadas	26	735	240	176
Fornecedores – terceiros	-	917	340	209

25.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

26. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

Ativo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Contas a receber - partes relacionadas	20.661	2.669	2.415
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	20.594	2.582	2.322
Outros	67	87	93

Passivo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	735	240	176
Aluguel (ii)	7	6	6
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	515	234	169
Outros	213	-	1

Resultado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado - partes relacionadas	6.079	8.883
Despesa de aluguel (ii)	(76)	(71)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	6.155	8.954

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

27. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000	10.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	74.936	74.936
Veículos	Carros	1.013	679
		<u>85.949</u>	<u>85.615</u>

29. Efeitos da pandemia do COVID-19

a) Contexto geral

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos, vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivos e Legislativos da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para Decreto Legislativo n 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

b) Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pelas companhias do Grupo:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS e da Contribuição Previdenciária relativos as competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020;
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias como DCTF e EFD, dentre outras;

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão desse relatório, tem caráter temporário e servirão para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas destacam-se as seguintes:

- (i) Adoção do trabalho *homeoffice* para seus colaboradores, para evitar deslocamentos e potencial risco de contágio.

d) Impacto nas operações da Companhia

Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e não identificou impactos nas operações da companhia até o presente momento.